

Desafios e perspectivas: políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido

Edna Raquel Hogemann¹

¹ Pós-Doutora em Direito (UNESA), doutora e mestre em Direito (UGF). Especialista em Bioética pela Cátedra em Bioética da UNESCO. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora associada, permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Decana do Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro da International Alliance of Jurists and Economists (France). Coordenadora do Grupo Direito Humanos e Transformação Social (CNPq)

RESUMO: Este artigo aborda os desafios e perspectivas relacionados às políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido. Em um contexto global marcado pela rápida evolução tecnológica e pela pandemia de COVID-19, a educação enfrenta demandas crescentes por inovação e adaptação. Analisamos o papel das políticas públicas na promoção de uma gestão educacional eficaz, explorando como as novas tecnologias estão sendo integradas ao ambiente educacional para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Além disso, examinamos os desafios e as oportunidades apresentados pelo ensino híbrido, que combina métodos presenciais e online, e seu impacto na experiência educacional. Por meio de uma revisão crítica da literatura e de estudos de caso, este artigo oferece insights valiosos para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas interessados em entender e enfrentar os complexos desafios da educação contemporânea.

Palavras-chave: políticas públicas; gestão educacional, novas tecnologias, metodologias ativas ; inovação.

1 INTRODUÇÃO

As transformações educacionais pós-pandemia evidenciam a emergência de um novo paradigma educacional, impulsionado pelas mudanças ocorridas desde o final de 2019. Este estudo tem como objetivo compreender como o isolamento físico imposto pela pandemia está influenciando a educação. Por meio de uma revisão bibliográfica recente, é observado que as instituições educacionais foram confrontadas com o desafio de adotar novos métodos de interação com alunos e comunidade, além de reformular suas práticas. Isso levou a uma aceleração na implementação de tecnologias digitais de informação e comunicação, promovendo tendências como o ensino híbrido e a redefinição dos papéis de professores e alunos.

A introdução de novas metodologias educacionais é destacada pela urgência de formar profissionais proativos, dinâmicos e capazes de resolver problemas, adaptando-se a situações imprevistas. Assim, a educação deve cada vez mais incorporar as demandas do século XXI e incluir estudantes de diferentes realidades na cultura digital.

Analisar a educação durante a pandemia é desafiador, uma vez que a pesquisa bibliográfica nesse contexto ainda está em estágio inicial. No entanto, algumas tendências de transformação educacional certamente se intensificaram devido à necessidade de ajustar ou reinventar o ensino e a aprendizagem para o período de isolamento físico. Diversas pesquisas já apontavam para a necessidade de redefinição do modelo educacional, visando atender às habilidades do século XXI e aos novos formatos de comunicação e trabalho.

O ineditismo do confinamento possibilitou a exploração de diversas formas de comunicação e democratizou o acesso à informação, ultrapassando barreiras geográficas, conforme proposto pelo uso das tecnologias digitais na educação. Segundo Moran (2020), este é um momento oportuno para o desenvolvimento de habilidades e competências digitais. Em pouco tempo, o mundo precisou se reorganizar em diversos aspectos, e a educação foi uma das áreas que mais precisou se adaptar para continuar desempenhando seu papel.

Nesse contexto, o presente estudo direciona sua análise para o levantamento bibliográfico e documental, buscando correlações com outras temáticas relevantes para alcançar os objetivos propostos. Estes objetivos incluem a reflexão sobre políticas públicas voltadas para a gestão educacional, as novas tecnologias, as metodologias ativas e a inovação.

Assim, por meio da metodologia adotada, esta pesquisa permite identificar um panorama atual sobre a implementação do ensino híbrido no país e sua influência nas mudanças do processo educacional, da dinâmica de aprendizagem e da gestão escolar. Isso é alcançado através do levantamento bibliográfico realizado e da seleção criteriosa de pesquisas.

2 O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA DINÂMICA DO ENSINO E NA GESTÃO EDUCACIONAL

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação tem provocado reflexões profundas no contexto educacional. No entanto, o modelo predominante de educação no país ainda adota uma abordagem de ensino em massa, caracterizada por tarefas repetitivas e uma integração limitada de recursos tecnológicos. Diante desse cenário, surgem desafios consideráveis para a personalização do ensino e o desenvolvimento das competências exigidas pelas demandas contemporâneas.

Nesse sentido, surge a questão: quais estratégias educacionais seriam mais adequadas para atender às necessidades emergentes da sociedade? Como as tecnologias digitais podem impulsionar a inovação no campo educacional? Quais são os novos papéis dos estudantes, professores e gestores educacionais? E como integrar de forma eficaz essas novas tecnologias na prática educativa?

Considerando essas indagações e o surgimento de ambientes híbridos que mesclam o físico e o virtual, redefinindo a dinâmica de ensino e aprendizagem, o conceito de ensino híbrido emerge como uma possível solução para atualizar e contextualizar as práticas educacionais. Como apontado por Moran (2015), o processo de ensino e aprendizagem ocorre em uma constante interconexão entre os mundos físico e digital, formando um espaço expandido que se hibridiza de forma contínua.

Dentro desse contexto, este artigo investiga o ensino híbrido por meio de uma revisão bibliográfica, com o propósito de identificar os processos de inovação no cenário educacional brasileiro e as novas perspectivas para o ensino, aprendizagem e gestão por meio da adoção das tecnologias digitais no ambiente escolar (Bertoldo & Mil, 2018). Segundo Horn e Staker (2015), o ensino híbrido, originado do ensino online, refere-se a programas educacionais que combinam modalidades presenciais e a distância, integrando atividades supervisionadas fora do ambiente domiciliar com

elementos flexíveis de controle de tempo, ritmo, local e método de aprendizagem online. Sua compreensão, no sentido mais enriquecido da abordagem, tem como foco os estudantes e os processos de ensino e aprendizagem, gerando uma nova organização das práticas educacionais e dos modelos de gestão escolares de maneira mais integrada com os novos recursos tecnológicos.

Dessa forma, a pesquisa a ser desenvolvida busca apresentar um cenário da implantação do ensino híbrido no Brasil, considerando as contribuições e os impactos da abordagem para propostas educacionais mais inovadoras para o país.

As instituições de ensino devem alinhar-se cada vez mais às exigências do século XXI, traçando um rumo para identificar possibilidades de mudança e inovação na educação brasileira. Nesse contexto, a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (Bertoldo, Salto & Mill, 2018) pode enriquecer ainda mais a formação dos indivíduos.

Um estudante desconectado e com habilidades digitais limitadas perde oportunidades cruciais de se informar, acessar recursos valiosos, comunicar-se, destacar-se para os outros, expressar suas ideias e fortalecer suas perspectivas futuras de emprego (Moran, 2018).

Seguindo as diretrizes curriculares recentes, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), a educação deve priorizar o desenvolvimento de novas habilidades e competências. A dimensão da tecnologia é especialmente enfatizada na quinta competência, "Cultura digital", que enfoca a compreensão, uso e criação responsável, reflexiva e crítica de tecnologias. Ela é vista não apenas como um recurso, mas como uma oportunidade para introduzir novas perspectivas e configurações nas práticas escolares. Portanto, as instituições educacionais devem estar cada vez mais preparadas para incorporar esses conteúdos e incentivar novas abordagens de ensino e aprendizagem.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) têm redefinido profundamente a dinâmica das instituições educacionais. Atualmente, professores e alunos colaboram em diferentes ambientes e horários, contando com o suporte dessas tecnologias, que não são simplesmente um complemento, mas estão integradas ao currículo, contribuindo para os objetivos de formação e personalização do ensino. Diante desse panorama, o ensino híbrido emerge como uma proposta

educacional inovadora e adequada para o contexto brasileiro, demandando uma reorganização do trabalho escolar.

O impacto das TDICs na sociedade é significativo, e as escolas e seus membros devem estar atentos às influências no setor educacional. Embora não se busque reduzir a educação a uma perspectiva puramente econômica, é crucial considerar que uma das missões da escola é preparar os alunos para o mercado de trabalho, o que torna fundamental que as instituições educacionais estejam alinhadas com as novas demandas de formação do século XXI.

Ao longo da história, a sala de aula e os modelos de ensino estiveram intimamente ligados aos modelos de trabalho. Lengel (2012) destaca em seus estudos a evolução desses modelos, desde a Educação 1.0, voltada para o trabalho agrícola no século XIX, até a Educação 2.0, baseada em grandes grupos e atividades repetitivas no século XX, influenciada pela revolução industrial. No século XXI, surge o Trabalho 3.0, caracterizado por pequenos grupos interdisciplinares, resolução de problemas e uso de ferramentas digitais. Nesse contexto, a educação está em transição e demanda uma nova configuração organizacional.

O conceito de Educação 3.0, com significado multifacetado, surge como uma proposta para repensar a educação de maneira abrangente. Sob essa ótica, a Educação 3.0 propõe uma reconstrução do sentido da educação escolar, tornando-a mais plural, ubíqua, tecnológica e contextualizada, com o objetivo de promover a formação integral dos estudantes (Santana, Suanno & Sabota, 2017).

Neste cenário de mudanças, as instituições educacionais encaram o desafio de se adaptar às exigências em constante evolução da sociedade. Este momento representa uma fase de transição, transformação e busca por novas abordagens tanto na gestão quanto no ensino. Segundo Moran (2015a), as instituições têm duas alternativas: uma via mais gradual, que preserva em grande parte a estrutura atual da organização educacional, mas reavalia seus métodos de ensino e aprendizagem, priorizando o protagonismo do aluno em sua própria formação; e outra via mais radical e inovadora, que redesenha completamente a estrutura educacional.

Moran (2015a) observa que algumas instituições, conscientes das mudanças em curso, optam pela abordagem gradual, mantendo o modelo curricular predominante, mas com maior foco no engajamento do aluno. Isso é alcançado por meio de metodologias ativas, como o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou

blended, e a inversão da sala de aula. Por outro lado, há instituições que propõem abordagens mais disruptivas e inovadoras, abandonando completamente a estrutura disciplinar tradicional. Esses modelos redesenham o projeto educacional, os espaços físicos e as metodologias, adotando atividades, desafios e problemas como base de aprendizagem, permitindo que cada aluno progrida em seu próprio ritmo e necessidade, e aprenda com os outros em grupos e projetos supervisionados por professores orientadores.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação desempenham um papel crucial nesse processo de inovação, possibilitando o uso de recursos modernos para enriquecer as práticas educacionais. Nesse contexto, destaca-se a importância do papel do gestor escolar, em colaboração com toda a equipe docente, na implementação de novos modelos e perspectivas de ensino e aprendizagem. O mundo atual demanda uma abordagem mais criativa e contemporânea na gestão das instituições educacionais, incentivando a reflexão e a exploração de novas possibilidades e propostas para a Educação 3.0.

3 UM OLHAR TEÓRICO-REFLEXIVO SOBRE O ENSINO HÍBRIDO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

As definições encontradas na literatura geralmente descrevem o ensino híbrido como a integração do modelo presencial com o modelo online, reconhecendo a possibilidade de ensinar, estudar e aprender em diversos espaços e horários com o suporte de recursos tecnológicos.

O conceito de ensino híbrido, também conhecido como blended learning, é originário do termo em língua inglesa "blended learning", que se tornou um dos conceitos pedagógicos mais difundidos no início do século XXI (Moreira & Monteiro, 2018, p. 86). Segundo esses autores, o termo foi introduzido pela primeira vez em 2000 e inicialmente concebido como uma abordagem que combina o ensino presencial com o ensino a distância, especialmente para cursos de formação. Com o avanço da internet, a compreensão do ensino híbrido evoluiu para uma integração mais completa das modalidades de ensino, práticas pedagógicas e recursos tecnológicos.

Portanto, essa abordagem, que originalmente envolvia a combinação de instrução presencial e virtual, progrediu para uma compreensão mais ampla, destacando o foco no processo de ensino e aprendizagem do estudante como sua essência.

O ensino híbrido, da maneira que vem sendo utilizado em escolas de educação básica nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa, difere das definições de blended learning voltadas para o ensino superior e entendidas como aquele modelo em que o método tradicional, presencial, se mistura como ensino a distância e, em alguns casos, determinadas disciplinas são ministradas na forma presencial, enquanto outras, apenas on-line. Esse seria o uso original do termo, que evoluiu para abarcar um conjunto muito mais rico de estratégias e dimensões de aprendizagem, entre elas, a forma proposta neste livro. (Bacich; Neto; Trevisani, 2015, p. 51)

Além da integração entre as modalidades de ensino, o ensino híbrido redefine os papéis de professores e alunos. Agora, os alunos assumem um papel mais ativo e responsável na construção do próprio conhecimento, enquanto os professores desempenham o papel de mediadores das práticas educacionais. Esse processo de ensino e aprendizagem transcende os limites físicos das salas de aula, remodelando toda a organização escolar e apresentando novos desafios e configurações também para a gestão educacional.

No Brasil, o livro "Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação", organizado por Bacich, Neto e Trevisani (2015), é uma referência importante para o desenvolvimento dessa abordagem. Ele foi elaborado por um grupo de 16 professores da educação básica de escolas públicas e privadas do Brasil, que passaram por 8 meses de experimentações, inspirados por escolas dos Estados Unidos que já adotam essa abordagem. A obra apresenta exemplos reais de integração das tecnologias digitais ao contexto escolar, com ênfase no ensino e aprendizagem.

De acordo com Valente (2015), o ensino híbrido não é apenas uma tendência passageira na educação, mas acompanha a transformação presente em todos os setores que adotam as novas tecnologias digitais. O autor destaca que a educação é um dos poucos domínios da sociedade que ainda não se adaptou a essas inovações, mantendo a responsabilidade pela aprendizagem predominantemente centrada no professor como transmissor do conhecimento. Nesse contexto, o ensino híbrido surge como uma ferramenta potencial de mudança no modelo educacional do país, promovendo novas abordagens para o ensino, a aprendizagem e a gestão das instituições educacionais. Além disso, representa uma oportunidade de personalização das práticas pedagógicas e uma via para a inovação educacional com foco no aluno.

3.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DO ENSINO HÍBRIDO

O progresso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), que tem um impacto notável em todos os setores das sociedades modernas, traz consigo novos desafios para a área educacional. A rápida disseminação de informações, característica da era atual, aliada às demandas emergentes no mercado de trabalho, exige profissionais cada vez mais capacitados, proficientes no uso efetivo das tecnologias.

Nesse contexto, é essencial considerar a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) nos processos de ensino e aprendizagem em todos os níveis educacionais. Essa integração é crucial para preparar os profissionais do direito para as exigências contemporâneas, garantindo que estejam habilitados no uso dessas ferramentas em sua formação e prática profissional.

Assim, é fundamental promover a conexão entre as TDICs e as metodologias ativas, dando ênfase à aprendizagem prática, experiencial e mediada. O uso do Google Workspace for Education e das Tecnologias Microsoft para Educação, que oferecem uma gama de aplicativos e ferramentas projetadas para o ambiente educacional, é crucial nesse contexto. Essas plataformas possibilitam uma aprendizagem colaborativa, acessível e moderna, facilitando a interação em tempo real e a organização das atividades pedagógicas.

Ao adotar o ensino híbrido, é vital considerar a diversidade de ritmos e estilos individuais de aprendizagem. O uso das TDICs permite a interação entre os participantes do processo educativo e facilita a socialização do conhecimento por meio de diversas mídias. Dessa forma, o ensino híbrido é baseado na flexibilidade dos processos educacionais e na autonomia do aluno na construção do conhecimento.

O envolvimento ativo dos alunos em seu próprio processo de aprendizagem é essencial, exigindo metodologias que promovam a produção de conhecimento, a investigação e a resolução de problemas. As TDICs devem facilitar a comunicação entre professores e alunos, o trabalho em equipe, a investigação, o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade, bem como a resolução de problemas.

Por fim, é importante destacar que a implementação eficaz do ensino híbrido requer o trabalho colaborativo de uma equipe multidisciplinar, composta por

professores, especialistas em informática, comunicação e educação, entre outros. Essa abordagem colaborativa é essencial para o desenvolvimento de uma prática educacional compartilhada e eficaz. Parte deste ensino híbrido, caracteriza-se pelo desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), apoiados em ferramentas de trabalho e de comunicação e em materiais e recursos diversificados (textos, vídeos, áudios), a partir dos quais se dá a construção do conhecimento, a comunicação com o professor e com os demais colegas, e a participação em atividades propostas pelo professor. De acordo com Moran (2018) as tecnologias facilitam a aprendizagem colaborativa, entre colegas próximos e distantes. Portanto o Ambiente Virtual de Aprendizagem possibilita a administração de conteúdo, a interação com materiais e estratégias de aprendizagem e a interação entre professor e estudante e entre os próprios alunos.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO HÍBRIDO NO CURSO E PÓS PANDEMIA

De modo geral, a pandemia de Covid-19 trouxe consigo um novo contexto para a formulação de políticas públicas e a garantia dos direitos fundamentais. Nesse contexto, tornou-se essencial buscar soluções como a educação híbrida, que se diferencia da educação a distância ao prever uma complementaridade entre os momentos de aprendizado em casa e na sala de aula.

Para viabilizar essa abordagem, foi necessário integrar educação e tecnologia, permitindo que a educação híbrida ampliasse as oportunidades de aprendizado dos alunos. A adoção desse modelo pode impulsionar a integração das tecnologias como ferramentas de ensino e o desenvolvimento de uma cultura digital.

Em resposta à Covid-19, o Brasil promulgou a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que regulamentou medidas excepcionais adotadas pelas instituições de ensino, públicas e privadas. O Ministério da Educação, por sua vez, foi responsável por regulamentar essa legislação por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. O Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a implementação dessas medidas, conforme a Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, e a Portaria n.º 568, de 9 de outubro de 2020.

Apesar de essas medidas terem sido adotadas para lidar com a pandemia e regular o processo educativo, há preocupações levantadas por Souza, Bragança e

Zientarski (2021) sobre o agravamento das desigualdades educacionais, em virtude da falta de recursos tecnológicos em muitas escolas, prejudicando especialmente os alunos de classes menos privilegiadas.

Por outro lado, Saviani (2021) ressalta que, enquanto globalmente o ano de 2020 será lembrado pela pandemia de Covid-19, que afetou milhões de pessoas em todo o mundo, no Brasil a situação é ainda mais desafiadora. Além do alto número de mortes, a crise sanitária expôs a fragilidade das escolas, que não estavam preparadas para adotar os recursos tecnológicos necessários para manter a continuidade do ensino, agravando as disparidades sociais.

Os termos "híbrido" e "remoto" não possuem definições oficiais na legislação educacional brasileira, e "não presencial" ou "semipresencial" são consideradas inovações terminológicas. Embora amplamente utilizadas, essas expressões não foram formalmente estabelecidas como modalidades ou metodologias específicas nas normas educacionais. No entanto, durante o auge da pandemia, o Ministério da Educação (MEC) adotou definições como "atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais" em suas diretrizes, enquanto a Lei 14.040/2020 incorporou a expressão "não presencial". Apesar da diversidade de termos empregados nesse período, é incontestável que as aulas foram conduzidas predominantemente de forma remota. Essa modalidade de ensino ocorreu em condições especiais, sem redução de custos, dispensando a obrigatoriedade de momentos presenciais e com pouco tempo para adaptações metodológicas, porém de maneira efetiva.

A Lei mencionada (14.040/20) estabeleceu normas educacionais excepcionais e os requisitos mínimos legais para orientar a oferta do direito à educação durante o estado de calamidade pública. Além disso, abordou a reorganização do calendário escolar e regulamentou as condições para assegurar a igualdade de acesso e permanência dos alunos nas escolas. Nesse sentido, foi concedida aos sistemas de ensino a prerrogativa de desenvolver atividades pedagógicas não presenciais.

I - na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação;

II - no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivosestabelecidos pelo CNE (Lei 14040/20, Art. 2º, § 4º).

Como diretriz fundamental, a norma nacional determinou que as instituições de ensino que optassem por adotar atividades pedagógicas não presenciais deveriam garantir aos alunos e aos professores o acesso aos recursos necessários para a realização dessas atividades. Além disso, o Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer nº 19/2020, que revisou o Parecer CNE/CP nº 15, abordando as Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos legais da Lei 14.040/20. Esse parecer estabeleceu direitos e objetivos de aprendizagem, ofereceu orientações para o planejamento escolar e a realização de atividades pedagógicas não presenciais, e também forneceu diretrizes importantes para o retorno das atividades presenciais tanto na educação básica quanto no ensino superior.

É evidente o significativo avanço do Ministério da Educação (MEC) na emissão de orientações aos sistemas de ensino para o retorno das aulas presenciais, considerando as regras e procedimentos a serem seguidos em níveis federal, estadual, municipal e distrital. Existe uma convocação para que todas as necessidades das crianças e adolescentes sejam atendidas, envolvendo não apenas a comunidade escolar, como gestores, professores, profissionais da educação e famílias, mas também a participação do poder público. Diante desse cenário, surge a educação híbrida como uma possibilidade de oferecer o ensino tanto de forma presencial quanto remota.

É crucial, diante de todas essas normativas, resoluções e leis, não perder de vista a importância da educação como um catalisador da liberdade individual. A própria Constituição garante o direito a uma educação de qualidade e estabelece a responsabilidade dos Municípios, Estados e União no que diz respeito à oferta do ensino em seus diversos níveis e modalidades.

De todo modo, o ensino híbrido tornou-se uma realidade e ensejará novas perspectivas educacionais, novas didáticas e novos aprendizados. A pandemia adiantou o futuro educacional, abrindo possibilidades para utilização das tecnologias da informação, criou novos espaços de discussão e reflexões construtivas.

4.1 A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIAS ATIVAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

A educação, de forma global, foi desafiada a conceber e desenvolver novos modelos de comunicação e suporte aos alunos. A integração das tecnologias digitais de informação e comunicação tornou-se crucial para manter o contato com os estudantes e facilitar o próprio processo educativo.

No entanto, um grande desafio que se apresenta é o da inclusão digital. O Brasil apresenta uma diversidade de contextos e necessidades, o que torna essencial fornecer infraestrutura e acesso para evitar o agravamento das desigualdades. A educação e seus profissionais não podem ignorar essa questão e devem garantir o acesso universal a uma educação de qualidade. No que diz respeito à cultura digital, há uma tendência de beneficiar aqueles que mais precisam.

Portanto, a educação não pode ficar estagnada; é necessário agir em favor das pessoas, acompanhando as demandas do mundo e as mudanças tecnológicas, e integrando cada vez mais os alunos na cultura digital, sem, é claro, perder de vista a importância das relações humanas e do senso de comunidade. Nesse processo de reorganização, é crucial criar comunidades de aprendizagem que fomentem o apoio mútuo.

O isolamento físico gerou uma necessidade por inovação e estimulou a reflexão sobre a incorporação das tecnologias digitais de informação e comunicação para atender a essas demandas. Nesse cenário, ganha destaque a importância dos modelos híbridos de ensino, das metodologias ativas, da personalização do ensino e até mesmo da reestruturação dos currículos de formação docente.

É relevante destacar o conceito de ensino híbrido ou educação híbrida, que inicialmente surge como uma combinação entre o ensino presencial e o online, mas que, em sua concepção mais ampla, evoluiu para um enfoque centrado no processo de ensino e aprendizagem..

As mudanças educacionais desencadeadas pela pandemia apontam para a emergência de um novo paradigma educacional, alinhado ao conceito de educação híbrida. Nesse contexto, a grande tendência é a continuidade dos recursos de ensino remoto e a adoção de estratégias ativas de ensino e aprendizagem, as quais também redesenharão os papéis de estudantes e professores.

A educação híbrida está intrinsecamente ligada às metodologias ativas de aprendizagem, que incentivam maior engajamento, colaboração, autonomia e protagonismo dos estudantes. Destaca-se, igualmente, o papel do professor, que merece maior reconhecimento e cuja posição foi amplamente valorizada pela reconfiguração do ensino. Este profissional atua como mediador entre o estudante e o conhecimento, assumindo não apenas o papel de detentor do saber, mas também de organizador das estratégias de ensino e aprendizagem. Embora os modelos e recursos possam se modificar, a essência da relevância do docente permanece constante.

No contexto da educação básica, um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) autorizou a realização de atividades remotas até 31 de dezembro de 2021. No entanto, isso não implica o fim do ensino híbrido nesse nível de ensino, uma vez que essa modalidade pode ser aplicada em aulas complementares e extracurriculares. Além disso, nas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, homologadas em 2018, está prevista a possibilidade de destinar de 20% a 30% da carga horária para atividades a distância.

Adicionalmente, a Resolução SEDUC nº 11 DE 26/01/2021 estabeleceu diretrizes para a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica durante o ano letivo de 2021, considerando o ensino híbrido como uma alternativa viável para garantir a aprendizagem, respeitando o revezamento de estudantes e os protocolos sanitários estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria..

A pandemia de COVID-19 catalisou transformações profundas no campo da educação, impulsionando a necessidade de adaptação e inovação em todos os níveis de ensino. Diante desse cenário, o ensino híbrido e as metodologias ativas emergiram como recursos essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos e promover uma educação mais eficaz e inclusiva pós-pandemia.

Não se pode negar que o ensino híbrido tornou-se uma abordagem fundamental para garantir a continuidade do processo educacional durante os períodos de distanciamento social. No entanto, sua importância transcende a mera resposta emergencial àquela crise sanitária já superada. O ensino híbrido oferece uma oportunidade única de repensar e redefinir a prática pedagógica, integrando de forma sinérgica os benefícios do ensino presencial e online.

Ao longo do presente ensaio foi possível verificar que uma das principais vantagens do ensino híbrido é sua capacidade de personalização e flexibilidade. Ao combinar atividades presenciais e online, os educadores podem adaptar o ensino às necessidades individuais dos alunos, promovendo uma aprendizagem mais centrada no estudante. Além disso, o ensino híbrido permite uma maior diversidade de recursos e metodologias, enriquecendo a experiência educacional e estimulando a participação ativa dos alunos.

As metodologias ativas, por sua vez, complementam e potencializam o ensino híbrido, proporcionando uma abordagem mais dinâmica e participativa da aprendizagem. Essas metodologias colocam o aluno no centro do processo educacional, incentivando a colaboração, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a autonomia. Ao invés de serem meros receptores passivos de conhecimento, os alunos se tornam protagonistas ativos de sua própria aprendizagem, o que contribui para um engajamento mais profundo e duradouro.

Outro aspecto crucial do ensino híbrido e das metodologias ativas é sua capacidade de promover a inclusão e a equidade educacional. Ao oferecer diferentes modalidades de ensino e acesso a uma variedade de recursos digitais, essas abordagens podem atender às necessidades diversificadas dos alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem, deficiências ou circunstâncias socioeconômicas desfavoráveis. Além disso, o ensino híbrido e as metodologias ativas podem reduzir as barreiras geográficas e facilitar o acesso à educação em comunidades remotas ou marginalizadas.

No contexto pós-pandemia, o ensino híbrido e as metodologias ativas continuarão a desempenhar um papel fundamental na promoção da inovação educacional e na preparação dos alunos para os desafios do século XXI. Essas abordagens não apenas permitem a adaptação a novas realidades e tecnologias, mas também capacitam os alunos com as habilidades e competências necessárias para prosperar em um mundo em constante mudança.

Portanto, investir no desenvolvimento e na implementação do ensino híbrido e das metodologias ativas é essencial para garantir uma educação de qualidade e relevante para todos os alunos, independentemente de sua localização, contexto socioeconômico ou necessidades individuais. Ao promover uma abordagem mais centrada no aluno, participativa e inclusiva, o ensino híbrido e as metodologias ativas

têm o potencial de transformar positivamente o panorama educacional pós-pandemia e preparar os alunos para um futuro de sucesso e realização.

CONCLUSÃO

O surgimento da pandemia de Covid-19 em março de 2020, oficialmente declarada pela Organização Mundial da Saúde, provocou uma série de medidas e restrições sem precedentes em todo o mundo. No Brasil, a educação foi profundamente afetada, com o fechamento ou funcionamento parcial das instituições de ensino em todos os níveis. Diante desse cenário desafiador, países e sistemas educacionais em todo o globo mobilizaram-se rapidamente, implementando uma variedade de medidas, políticas e leis para garantir a continuidade do ensino por meio de recursos tecnológicos. Essas ações foram ajustadas às circunstâncias excepcionais do momento.

No contexto brasileiro, o Poder Executivo, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e outros órgãos relevantes emitiram uma série de leis, portarias e pareceres com o intuito de mitigar os danos causados pela interrupção abrupta do ano letivo. Essas medidas flexibilizaram as regras e a forma de fornecer educação de maneira remota, oferecendo alternativas viáveis para o processo educacional durante a crise.

Essas ações evidenciaram a capacidade de adaptação e resposta do sistema educacional brasileiro diante de desafios sem precedentes. A rápida implementação de estratégias para o ensino remoto reflete o compromisso em garantir o direito à educação e minimizar os impactos negativos causados pela pandemia. No entanto, é importante reconhecer que essas medidas foram adotadas em um contexto de excepcionalidade, e seu sucesso dependeu da colaboração e engajamento de todos os atores envolvidos no processo educacional.

À medida que o país avança para uma nova fase pós pandemia , é fundamental refletir sobre as lições aprendidas e explorar maneiras de fortalecer o sistema educacional para o futuro. Isso inclui investimentos em infraestrutura tecnológica, capacitação de professores para o ensino híbrido e o desenvolvimento de políticas educacionais mais resilientes e inclusivas.

Em última análise, a crise da Covid-19 ressaltou a importância da inovação e da colaboração no campo da educação. Ao enfrentar desafios sem precedentes, o sistema

educacional brasileiro demonstrou sua capacidade de adaptação e resiliência. Agora, é hora de utilizar essa experiência para construir um futuro mais equitativo, acessível e preparado para os desafios do século XXI.

Em um mundo em constante transformação, a educação enfrenta desafios e perspectivas que demandam uma abordagem inovadora e adaptativa. O contexto atual, marcado pela pandemia de COVID-19, evidenciou a necessidade de repensar as políticas públicas, a gestão educacional e a integração de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o paradigma do ensino híbrido emerge como uma resposta eficaz e promissora para os desafios contemporâneos.

Ao longo deste artigo, exploramos os principais desafios enfrentados pela educação, destacando a importância de políticas públicas inclusivas e voltadas para a promoção da equidade educacional. A gestão educacional, por sua vez, desempenha um papel crucial na implementação dessas políticas, garantindo uma administração eficiente dos recursos e uma liderança inspiradora para toda a comunidade escolar.

As novas tecnologias desempenham um papel fundamental na transformação do cenário educacional, oferecendo oportunidades sem precedentes para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. A integração de ferramentas digitais, plataformas de ensino online e recursos multimídia amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento e promove uma aprendizagem mais dinâmica e personalizada.

Nesse contexto, o ensino híbrido surge como uma abordagem inovadora que combina elementos do ensino presencial e remoto, proporcionando flexibilidade, personalização e inclusão. Através do ensino híbrido, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem mais adaptativos e colaborativos, onde os alunos são incentivados a desenvolver habilidades essenciais para o século XXI, como pensamento crítico, colaboração e resolução de problemas.

No entanto, o sucesso do ensino híbrido depende não apenas da integração de novas tecnologias, mas também de uma mudança de mentalidade e práticas pedagógicas. Os educadores devem estar preparados para explorar novas metodologias de ensino, promover a participação ativa dos alunos e adaptar-se às necessidades individuais de cada estudante.

Além disso, é essencial que as políticas públicas e a gestão educacional acompanhem essas mudanças, fornecendo suporte e recursos adequados para a implementação eficaz do ensino híbrido em todas as escolas. Isso inclui investimentos

em infraestrutura tecnológica, formação de professores e desenvolvimento de currículos inovadores.

Em conclusão, os desafios e perspectivas enfrentados pela educação requerem uma abordagem holística e colaborativa, onde políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido trabalham em conjunto para promover uma educação de qualidade para todos. O futuro da educação está repleto de possibilidades e oportunidades, e cabe a nós aproveitá-las ao máximo em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; TANZI NETO, A. e TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BEHAR, P.; BERNARDI, M.; MARIA, S. A A. **Educação a Distância: a construção de competências docentes**. 2013. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/pie/article/view/2590/2246>>. Acesso em: 01 abr 2024.

BERTOLDO, H. ; MILL, D. Tecnologia (verbetes). In: MILL, D.. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. 1ed.Campinas: Papirus, 2018, v. 1, p. 595-606.

BERTOLDO, H. ; SALTO, F. ; MILL, D. Tecnologias de informação e comunicação (verbetes).In: MILL, D.. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. 1ed.Campinas: Papirus, 2018, v. 1, p. 617-625.

BRASIL. Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n.º 11947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acesso em: 04 abr 2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Portaria n.º 568, de 9 de outubro de 2020. Dispõe sobre o protocolo de biossegurança para realização das avaliações externas in loco no período da pandemia do novo coronavírus. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2020. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-568-9-de-outubro-de-2020-282432574>.

Acesso em: 01 abr 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 2, de 10 de dezembro de 2020. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e rede escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2020, p. 52-55. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167141_rcp002-20/file. Acesso em: 01 abr 2024.

CANNATÁ, V. Quando a inovação na sala de aula passa a ser um projeto de escola. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A. e TREVISANI, F (Orgs.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

CHRISTENSEN, C.; HORN, M. & STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. Maio de 2013.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended: Usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Tradução: Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

KONRATH, M. L. P.; TAROUCO, L. M. R.; BEHAR, P. **Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD**. CINTED-UFRGS. v. 7 nº 1, Julho, 2009.

LENGEL, J. G. **Education 3.0: seven steps to better schools**. New York: Teachers College, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária - EPU, 1987.

MILL, D. Mudanças de mentalidade sobre educação e tecnologia: inovações e possibilidades tecnológicas. In: MILL, D. (Org.). **Escritos sobre educação: desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes**. São Paulo: Paulus, 2013.

MORAN, J. Educação híbrida: conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A. e TREVISANI, F (Orgs.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015b.

MORAN, J. M. **Aprendendo na crise**. 2020. Disponível em: <<https://moran10.blogspot.com/2020/03/aprendendo-na-crise.html>>. Acesso em 29 abr. 2020. MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem

mais profunda. In: Lilian Bacich, José Moran. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. 1ed., 2018, v. 1, p.1-25.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015a.

MOREIRA, J. A; MONTEIRO, A. Blended Learning (verbete). In: MILL, D.. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. 1ed.Campinas: Papirus,2018, p. 86-89.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; DE CARVALHO, Élvio; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. A Educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. Universidade Federal de Santa Maria, 2020.Disponível em:
[https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao- Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf). Acesso em: 20 mar 2024.

SANTANA, J. V. B. de; SUANNO, J. H.; SABOTA, B. Educação 3.0, Complexidade e Transdisciplinaridade: um estudo teórico para além das tecnologias. **Revista Educação e Linguagens** , v. 6, p. 160-184, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira – estrutura e sistema. 11. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Edição comemorativa. Campinas, São Paulo.Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino”remoto. Universidade & Sociedade, ANDES-SN, n. 67, p. 36 – 49, jan. 2021.

VALENTE, J. A. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. In.: **Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir**. – Campinas, SP : NIED/UNICAMP, 2018.

VALENTE, J. A. Prefácio. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A. e TREVISANI, F (Orgs.).

Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.
VAUGHAN, N.D., CLEVELAND-INNES, M.; GARRISON, D.R. **Teaching in blended**

Edna Raquel Hogemann

learning environments: Creating and sustaining communities of inquiry. Athabasca:
Athabasca University Press. 2013.